

MP do salário mínimo será analisada só em fevereiro

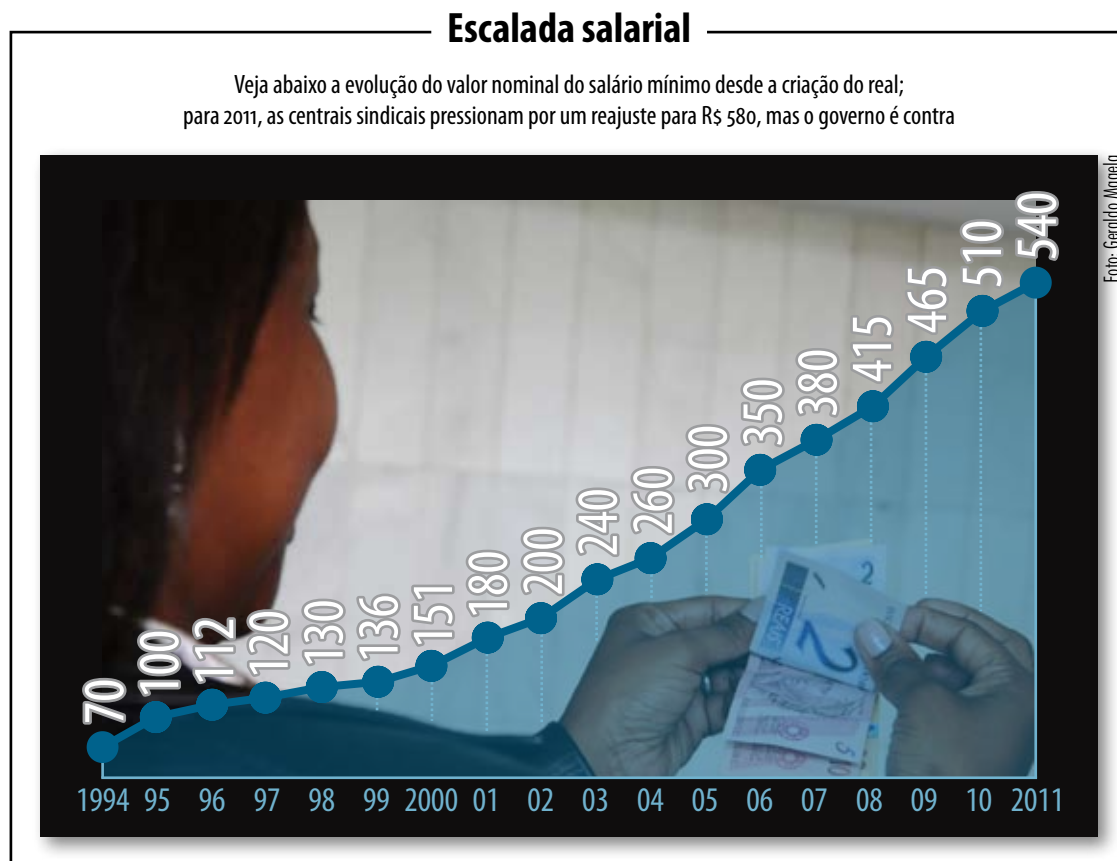
Medida provisória reajustou piso para R\$ 540 a partir do dia 1º, mas Congresso deve começar o exame só no mês que vem

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 516/10, assinada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para fixar o salário mínimo em R\$ 540 a partir de 1º de janeiro, só começará a tramitar no Senado no mês que vem. Apesar de a MP já estar produzindo efeitos, a Constituição determina que os trabalhos do Legislativo só se iniciam no dia 2 de fevereiro. É depois dessa data, portanto, que os deputados e senadores analisarão a hipótese de alterar esse valor.

A MP assinada por Lula aumentou o piso salarial de R\$ 510 para R\$ 540, mesmo valor apro-

vado pelo Congresso em dezembro na votação do Orçamento, que corresponde ao índice de 5,9% então projetado de variação da inflação de 2010 medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Já os benefícios previdenciários foram reajustados no início da semana em 6,41%, que corresponde ao INPC medido de fato no ano.

Para as centrais sindicais, essa diferença de 0,5 ponto percentual representa perda real do salário mínimo. O índice deve gerar a primeira dificuldade no Legislativo para a presidente da República, segundo o líder do



PDT na Câmara e presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (SP).

Ele disse que as centrais irão se mobilizar para convencer os parlamentares a aprovar um aumento para R\$ 580.

– Em fevereiro, vamos colocar trabalhadores das centrais sindicais e aposentados no Congresso para pressionar os deputados a aprovarem uma emenda. Foi um erro do presidente Lula não negociar um valor maior para o

salário mínimo – disse o deputado à Agência Brasil.

Segundo os sindicalistas, para pelo menos repor a inflação do ano passado o mínimo deveria subir para R\$ 542,69, valor que provavelmente teria de ser arredondado para R\$ 545, a fim de facilitar os saques dos trabalhadores nos caixas eletrônicos.

De acordo com a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, só em 2 de fevereiro começará a correr o prazo de 60

dias, prorrogáveis por mais 60, para a votação da MP no Congresso. No momento em que empossar os novos senadores, o Senado formará a comissão mista para analisar a MP e abrir prazo de seis dias para apresentação de emendas. A comissão tem 14 dias para examinar o texto. Mesmo sem o parecer da comissão, que em geral nem sequer se reúne, a MP começa a tramitação normal para ser votada na Câmara e no Senado.



Visitantes observam a galeria de presidentes da Casa e o quadro de Gustavo Hastoy que retrata a assinatura do projeto da primeira Constituição

Senado continua aberto para visita no recesso

O Senado Federal continua recebendo turistas para visita durante o mês de janeiro, período de recesso parlamentar. No ano passado, 178.076 turistas brasileiros e estrangeiros conheceram as dependências do Senado e da Câmara dos Deputados.

As visitas são realizadas todos os dias, inclusive nos finais de semana, com início às 9h30, sempre pelas dependências da Câmara. Daí em diante e ininterruptamente, a cada 30 minutos sai um novo grupo, até as 17h.

Turistas estrangeiros que desejarem o acompanhamento de guias que falem inglês e espanhol devem solicitar o serviço com antecedência por meio do endereço www2.camara.gov.br/a-camara/conheca/visiteacamara ou pelo telefone 3216-1771.

Cerimônia de posse foi bem organizada, diz Claudia Lyra 2

INSS deve contratar mais 500 médicos peritos 2

Proposta obriga SUS a custear cirurgia reparadora 2

Claudia Lyra atribui êxito à sincronia entre os setores da Casa envolvidos e desses com Câmara, Gabinete de Transição, Palácio do Planalto, Itamaraty e Dragões da Independência, entre outros

Cerimônia de posse foi um sucesso, diz secretária-geral

A CERIMÔNIA DE posse de Dilma Rousseff na Presidência da República, mesmo com a forte chuva que caiu em Brasília no último sábado, "foi um sucesso", na avaliação da secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra. Ela fez um balanço da solenidade em entrevista à Agência Senado e à TV Senado.

– Estava bem organizada e não houve imprevistos – disse Claudia, ao falar sobre a organização do evento sob sua coordenação, cuja preparação durou cinco meses.

A receita para o sucesso da cerimônia de posse da presidente e do vice-presidente da República eleitos em 2010, segundo a secretária-geral, foi a sincronia entre todos os setores da Casa envolvidos e desses com os parceiros externos. Entre eles, Claudia Lyra citou a Câmara dos Deputados, o Gabinete de Transição de Governo, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Itamaraty, o 1º Regimento de Cavalaria de Guarda, conhecido como Dragões da Independência, e o 32º Grupo de Artilharia de Campanha ou Bateria Caiena do Exército.

Já o diretor da Secretaria de Polícia Legislativa do Senado Federal (Spol), Pedro Ricardo Araújo Carvalho, informou que para o evento foram mobilizados 200 policiais do Senado e 80 da Câmara. A atuação da

polícia legislativa limita-se às dependências do Congresso Nacional.

Chapelaria

No dia da posse, para garantir que tudo saísse conforme o previsto, relatou Claudia Lyra, somente três pessoas tinham acesso a um número de celular a ser utilizado em caso de emergência: ela própria, o chefe do cerimonial da Presidência, embaixador Renato Mosca, e a diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado, Juliana Rebelo.

O telefone foi utilizado, por exemplo, pelo chefe do cerimonial para informar que a presidente eleita chegaria ao Palácio do Congresso pelo Salão Branco, também conhecido como Chapelaria, e não pela rampa, devido à forte chuva que caía naquele momento. A informação foi dada com 15 minutos de antecedência e não causou nenhum transtorno, disse Claudia, até porque essa possibilidade já havia sido prevista no ensaio da cerimônia.

O diretor da polícia legislativa, Pedro Ricardo, disse que a alternativa da Chapelaria era mais problemática, por reunir muitas pessoas em um espaço restrito. Salientou, no entanto, que não houve nenhum fato

que causasse transtornos.

Claudia Lyra destacou ainda, na posse de Dilma Rousseff, a presença de um maior número de chefes de Estado e de governo e de representações estrangeiras entre os cerca de 1.500 convidados, em relação à posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Livro de posse

A secretária-geral da Mesa informou que foram utilizados, pela primeira vez, tradutores intérpretes da Casa para auxiliar o presidente do Senado, José Sarney, e o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, na recepção às autoridades estrangeiras no Salão Nobre.

Pela primeira vez, houve tradutores da Casa na recepção a autoridades estrangeiras no Salão Nobre

Claudia Lyra disse ainda que, nas posses anteriores, os envelopes dos convites foram escritos à mão por um calígrafo, o que gerava custos altos. Dessa vez, esse serviço foi utilizado somente para o livro do Termo de Posse. O atual volume, com a assinatura da presidente Dilma e do vice Michel Temer, foi iniciado com a posse do presidente Café Filho (1954-1955). O primeiro volume se inicia com a assinatura do Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891), primeiro presidente da República.



Fátima Cleide: rosto e pescoço são as áreas mais atingidas pelas agressões



Geraldo Mesquita relatou a proposta na Comissão de Assuntos Sociais

Projeto obriga SUS a pagar por cirurgia reparadora em mulheres

Projeto de lei que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a pagar por cirurgias plásticas de reparação em mulheres que tenham sequelas de violência encontra-se na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Apresentada pelo deputado Neilton Mulim (PR-RJ), a proposta terá decisão terminativa na comissão e, se aprovada, irá à sanção.

De acordo com o projeto (PLC 112/09), os hospitais e os centros de saúde deverão informar às vítimas de violência sobre o direito à reparação gratuita. O projeto também estabelece que as mulheres sejam encaminhadas, se necessário, a serviços especializados para complementação diagnóstica ou tratamento.

O autor ressalta que a maioria dos casos de agressão às mulheres acontece com quem

não pode pagar uma cirurgia plástica reparadora. Para ele, o procedimento cirúrgico é importante, uma vez que as mulheres agredidas têm sua integridade física comprometida, o que também afeta sua autoestima.

A relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), destaca que, segundo a Sociedade Mundial de Vitimologia, o Brasil é o país em que as mulheres estão mais sujeitas à violência doméstica, entre 54 analisados. Cerca de 40% desses casos geram lesões graves – como deformidades permanentes ou perda de membros. A maior parte delas atinge a região da cabeça e do pescoço, especialmente o rosto. A relatora é favorável à aprovação.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi relatado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

INSS poderá abrir 500 vagas para médicos peritos

Uma das primeiras propostas a entrar na agenda da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) após o recesso pode ser a que cria 500 cargos para a carreira de perito médico previdenciário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O projeto (PLC 178/10), apresentado pelo Executivo, cria ainda outros 624 cargos em comissão e funções de confiança no órgão.

As vagas visam fortalecer a estrutura organizacional do INSS e possibilitar a instalação de novas agências da Previdência Social, justifica o governo.

Para os 624 cargos de livre provimento, devem ser alocados R\$ 10 milhões por ano. Já os recursos para contratação de peritos médicos previdenciários – selecionados por meio de concurso público – dependem de previsão orçamentária.

O relator, Romero Jucá (PMDB-



Romero Jucá diz que contratações permitirão maior controle das fraudes

RR), recomenda a aprovação e observa que a criação dos cargos em livre provimento é necessária "para ampliar a cobertura do INSS". Já a contratação de médicos peritos profissionais contribuirá para assegurar "um maior controle das fraudes e das despesas com aposentadoria por invalidez e com auxílio-doença".



Posse da presidente Dilma Rousseff em sessão conjunta do Congresso Nacional: organização da cerimônia durou cinco meses

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920